

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Regulação Plano de Ensino

▪ **Disciplina:** Regulação da Biodiversidade Brasileira

▪ **Curso:** Mestrado

▪ **Tipo Disciplina:** Eletiva comum

▪ **Carga Horária:** 45h (3 créditos)

▪ **Ementa:**

Importância Econômica e Ambiental da Indústria da Biodiversidade no Brasil. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) de 1992. Decreto de Ratificação da CDB. Ordenamento Jurídico Constitucional. Ordenamento Jurídico Infraconstitucional. Análise de compatibilidade entre o regime jurídico da CDB e o regime jurídico da biodiversidade no Brasil. Lei 13.123/2015. Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN). Questões Socioambientais (inserção e participação das populações tradicionais). Biodiversidade e Poder Judiciário. Biodiversidade e a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/10 e Decreto n. 7.404 de 23 de dezembro de 2010). Biodiversidade e a Política Nacional sobre Mudança do Clima e Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Leis n.s 12.187, de 29 de dezembro de 2009 e 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e Decretos n.s 7.390/10 e 7.343/10). Biodiversidade e Projetos de REDD+ (Reducing Emissions from Forest Degradation and Deforestation).

▪ **Objetivos:**

- I. Examinar os fundamentos da regulação ambiental aplicável à biodiversidade;
- II. Contextualizar a importância, o potencial e os desafios da exploração da biodiversidade brasileira;
- III. Examinar o regime jurídico da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) de 1992;
- IV. Aprofundar os fundamentos do regime jurídico brasileiro sobre biodiversidade;
- V. Entender a construção do sistema de comando-e-controle e incentivos econômicos a partir da compreensão de textos clássicos de regulação de externalidades negativas;
- VI. Reinterpretar os princípios de direito ambiental à luz dos fundamentos da regulação da biodiversidade;
- VII. Refletir sobre as consequências (custos sociais) das normas e casos selecionados do direito da biodiversidade;
- VIII. Ponderar sobre a real eficiência protetiva e conservacionista de determinadas interpretações de normas e casos selecionados do direito da biodiversidade;
- IX. Analisar como o regime jurídico de responsabilidades pode servir para internalização de deveres de cuidado.

▪ **Temas e Bibliografia:**

Fundamentos da regulação ambiental aplicáveis à biodiversidade I
--

Fundamentos da regulação ambiental aplicáveis à biodiversidade II
Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) de 1992 I
Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) de 1992 II
Fundamentos do regime jurídico brasileiro sobre biodiversidade I
Fundamentos do regime jurídico brasileiro sobre biodiversidade II
Mecanismos comando-e-controle v. incentivos econômicos I
Mecanismos comando-e-controle v. incentivos econômicos II
Princípios de direito ambiental à luz dos fundamentos da regulação da biodiversidade I
Princípios de direito ambiental à luz dos fundamentos da regulação da biodiversidade II
Risco e Incerteza
Responsabilidade “preventiva”
Biodiversidade e Direitos Humanos I
Biodiversidade e Direitos Humanos II
Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável

Mankiw, N. Gregory. *Princípios de Microeconomia*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

Varian, Hal R. *Microeconomia: Princípios Básicos*. Editora Campus.

- Jehle, Geoffrey A. e Reny, Philip J. *MAdvanced Microeconomic Theory*. Editora Pearson.
- Cass R. Sunstein. *Laws of Fear. Beyond the Precautionary Principle*. Cambridge. 2005.
- Cass R. Sunstein. *O Mundo Real da Análise Custo-Benefício: 36 Questões (E Quase Tantas Respostas Quanto)*. RDA. V. 266. Mai/ago. 2014.
- Indur M. Goklany. *The Precautionary Principle. A Critical Appraisal of Environmental Risk Assessment*. Cato Institute. 2001.
- Herbert I. Weisberg. *Willful Ignorance The Mismeasure of Uncertainty*. Wiley. 2014.
- Alan Randall. *Risk and Precaution*. Cambridge. 2011.
- Joseph L. Sax. *The Public Trust Doctrine in Natural Resources Law: Effective Judicial Intervention*.
- Floriano de Azevedo Marques Neto. *Bens Públicos. Função social e exploração econômica*. Editora Forum. 2009.
- Floriano de Azevedo Marques Neto. A possibilidade de restrição de acesso a bens públicos de uso comum por questões ambientais e urbanísticas. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 235. 273-297. Jan/Mar 2004.
- Alexandre Santos de Aragão. *Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico*. 3ª Ed. 2013. Editora Forense.
- Jordan Vana. The First Precaution of Intelligent Tinkering: Biodiversity and the Case for a Conservation Tax Credit in Wisconsin. 8 *Wis. Envtl. L.J.* 73, Winter 2002.
- Stephen Kim Park and Gerlinde Berger-Walliser. Firm-Driven Approach To Global Governance And Sustainability. 52 *Am. Bus. L.J.* 255. Summer 2015.
- ROBERT B. KEITER. Ecosystems And The Law: Toward An Integrated Approach. *Ecological Applications*, 8(2), 1998, pp. 332-341.
- John Charles Kunich. Fiddling Around While the Hotspots Burn Out. 14 *Geo. Int'l Envtl. L. Rev.* 179. Winter 2001.
- JONATHAN H. ADLER. Money Or Nothing: The Adverse Environmental Consequences Of Uncompensated Land Use Controls. 49 *B.C. L. Rev* 301. March 2008.
- Ana Maria de Oliveira Nusdeo. *Pagamento por Serviços Ambientais*. São Paulo. Atlas, 2012.
- Joseph L. Sax. Property Rights and the Economy of Nature: Understanding Lucas v. South Carolina Coastal Council. 45 *Stan. L. Rev.* 1433 (1992).
- Madhavi Sunder. *Law and Contemporary Problems*, Vol. 70, No. 2, Cultural Environmentalism @ 10 (Spring, 2007), pp. 97-124.
- William J. Snape, III. Sustainable Pathways Toward Biodiversity Preservation: Joining The Convention On Biological Diversity: A Legal And Scientific Overview Of Why The United States Must Wake Up. 2010 *Sustainable Dev. L. & Pol'y* 6.
- Edson Beas Rodrigues Jr. *Tutela jurídico dos recursos da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e do folclore. Uma abordagem de desenvolvimento sustentável*. São Paulo. Elsevier.